



>>> continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais)**

3.7 Bens de direito de uso – CPC 06 (R2) – Arrendamentos: Os ativos registrados como bens de direito de uso estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) e são compostos basicamente pelo valor presente dos contratos de aluguel que a Companhia mantém com terceiros, nos quais estão situados os escritórios administrativos e lojas que integram a rede comercial. Estes valores afetam o resultado à medida que são depreciados normalmente pelo prazo contratual. O período depreciação é o prazo de vigência de cada contrato, salvo nos casos de contrato com prazo indeterminado, onde foi definido o período de 60 (sessenta) meses, tendo como base o histórico de permanência nos imóveis. **3.8 Demais ativos circulares e não circulares:** Os demais ativos circulares e não circulares estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias até a data dos balanços, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou para ajuste ao valor de mercado. **3.9 Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 10). **Tributos correntes** - Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para a empresa cuja apuração tem como base o Lucro Real. **Tributos diferidos** - O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são diferidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal é base negativa da contribuição social, se houver, serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. **Imposto de renda e contribuição social - Controlada** - O imposto de renda e a contribuição social da Controlada são apurados através do Lucro Presumido, sistemática regulamentada pelos arts. 587 a 594 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/18). Os impostos com base no Lucro Presumido foram determinados por períodos de apuração trimestrais, calculados sobre a base de 32% da receita bruta, acrescida de outras receitas operacionais. **3.10 Contribuições ao PIS e à COFINS:** A Companhia apura as contribuições para o PIS e a COFINS pelo regime não-cumulativo, aplicando sobre a receita bruta os percentuais de, respectivamente, 1,65% e 7,6%, e apurando créditos sobre custos e despesas diretamente relacionados à prestação de serviços. As alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras são de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS. As contribuições ao PIS e à COFINS da Controlada são calculadas pelo regime cumulativo das alíquotas de, respectivamente, 0,65% e 3%. **3.11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e contratuais:** Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 que trata de provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, porém, devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. Não existem ativos contingentes favoráveis em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Contudo existem processos com decisões favoráveis à Companhia aguardando trânsito em julgado no montante de R\$ 1.927 em 2024 (R\$ 1.715 em 2023). **3.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) que dispõe sobre procedimentos aplicáveis a reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), a Companhia testa, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de que seus ativos tangíveis sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se houver o montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. A Companhia não identificou indícios que indiquem a necessidade de contabilizar qualquer redução ao valor recuperável dos ativos. **3.13 Reconhecimento de receita:** As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço contratado pelo cliente. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: 1. Receitas de prestação de serviço - As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência com base no serviço prestado, e referem-se principalmente às comissões sobre originação de operações de crédito, serviços de gestão da produção, serviços de cobrança e gerenciamento de seguros e serviços de tecnologia. 2. Receitas de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **3.14 Custo dos serviços prestados:** O custo dos serviços prestados é composto por gastos com pessoal e demais insumos diretamente relacionados aos serviços prestados pela Companhia. **3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). **3.16 Resultado por ação:** O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é equivalente ao cálculo do lucro líquido básico por ação, por não existir nenhum efeito dilutivo potencial nas ações ou instrumentos de conversão. **3.17 Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito, • Risco de liquidez, • Risco de mercado. **Estrutura do gerenciamento de risco** - As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. O Conselho de Administração supervisiona e acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. **a. Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, falhas que surgem principalmente dos valores a receber de correspondentes. Os principais ativos sujeitos a risco de crédito são as aplicações financeiras, contas a receber de clientes e valores a receber de correspondente. **b. Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. **c. Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Em relação ao *impairment*, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes.

4. Aplicações financeiras

Estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDB, remunerados às taxas de 100,5% a 105,0% do CDI, com vencimentos superiores a 90 (noventa) dias e com possibilidade de resgate imediato. Essas aplicações financeiras estão classificadas como valor justo por meio do resultado. O quadro abaixo demonstra os recursos aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de risco da agência de rating *Fitch Ratings*:

Instituição	Agência	Classificação de Risco	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	<i>Fitch Ratings</i>	AA+ (bra)	9.241	13.922	9.770	14.305
Banco Bradesco S.A.	<i>Fitch Ratings</i>	AAA (bra)	-	10.207	-	10.207
Banco XP S.A.	<i>Fitch Ratings</i>	AAA (bra)	25.656	21.845	25.656	21.845
Itaú S.A.	<i>Fitch Ratings</i>	AAA (bra)	591	539	1.431	1.306
			35.488	46.513	36.857	47.663

5. Impostos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IR/CSLL retidos na fonte	191	334	226	359
IR/CSLL a recuperar do exercício corrente	3.491	1.727	3.491	1.727
IR/CSLL a recuperar de exercícios anteriores	7.781	5.853	7.781	5.853
IR a compensar - pagamento a maior	1.233	-	1.233	-
(-) Provisão para não realização de incentivos fiscais IR/CSLL	(9.282)	(7.142)	(9.282)	(7.142)
PIS e COFINS de créditos tributários	140	57	140	57
PIS e COFINS retidos na fonte	469	538	469	538
ISSQN retido na fonte	667	745	670	746
ISSQN a recuperar	2	-	2	1
Total	4.692	2.112	4.730	2.139

Em setembro de 2022, a Companhia entrou com o Mandado de Segurança nº 5049920-74.2022.4.04.7100/RS pleiteando o direito à dedução em dobro das despesas com o PAT –

Programa de Alimentação do Trabalhador no cálculo do lucro real, nos termos do art. 1º da Lei 6.321/76. Em dezembro de 2024, transitou em julgado a decisão favorável à Companhia autorizando a dedução deste benefício, o que resultou num montante a recuperar de R\$ 963, que atualizado para 31 de dezembro totalizou R\$ 1.233, considerando o recálculo retroativo ao ano de 2018.

6. Valores a receber de correspondentes e valores a receber de procedimento arbitral

a. Valores a receber de correspondentes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Valores a receber de correspondentes	32.206	26.101	32.206	26.101
(-) Provisão p/perda no recebimento de créditos	(31.262)	(25.179)	(31.262)	(25.179)
Total	944	922	944	922

Com base nos contratos de Prestação de Serviços de Correspondente no País - Master firmados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), a Companhia indenizou e sub-rogou-se de créditos que a instituição tinha a receber de correspondentes substabelecidos em decorrência de cancelamentos de contratos de crédito consignado, seja por irregularidades na originação ou averbação das operações. A Companhia constituiu provisão para perda no recebimento destes créditos de acordo com as políticas internas aprovadas pela Administração, e considera que tais provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas no recebimento destes créditos.

Movimentação das provisões para perda

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	25.179	17.207
Provisão / (reversão)	19.437	13.864
Baixas para prejuízo	(13.695)	(9.985)
Recuperação de prejuízo	341	93
Saldo no final do exercício	31.262	25.179

b. Valores a receber de procedimento arbitral

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contingências trabalhistas – Procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 11 d)	5.317	6.565	5.317	6.565
Reembolsos – Procedimento arbitral	1.609	1.737	1.609	1.737
Total	6.926	8.302	6.926	8.302
Circulante	1.852	3.412	1.852	3.412
Não circulante	5.074	4.890	5.074	4.890

7. Investimento em controlada

A Bem Corretora de Seguros S.A. com sede em Porto Alegre/RS, atua como corretora de seguros referente aos ramos de seguros, capitalização e previdência complementar aberta. Bem Corretora de Seguros S.A. participação inicial equivalência distribuídos provisionados final

Ano	2024	2023	2024	2023
Ano 2024	100%	1.249	525	(184)
Ano 2023	100%	1.166	258	(152)
			(125)	(23)
			1.465	1.249

8. Imobilizado e intangível

	Controladora e Consolidado			
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de informática e outros	Total
Imobilizado				
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2023	3.380	1.593	3.048	8.021
Movimentações no exercício				
Aquisições	412	122	617	1.151
Alienações – Baixa Custo	(238)	(217)	(204)	(659)
Alienações – Baixa Depreciação	155	149	190	494
Depreciação	(393)	(201)	(1.486)	(2.080)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2023	(64)	(147)	(883)	(1.094)
Custo	5.326	3.199	10.031	18.556
Depreciação acumulada	(2.010)	(1.753)	(7.866)	(11.629)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	3.316	1.446	2.165	6.927
Movimentações no exercício				
Aquisições	327	103	625	1.055
Alienações – Baixa Custo	(78)	(883)	(1.075)	(2.036)
Alienações – Baixa Depreciação	76	861	1.060	1.997
Depreciação	(397)	(185)	(1.229)	(1.811)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2024	(72)	(104)	(619)	(795)
Custo (*)	5.575	2.419	9.581	17.575
Depreciação acumulada (*)	(2.331)	(1.077)	(8.035)	(11.443)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	3.244	1.342	1.546	6.132
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	

(*) A sociedade controlada apresenta o saldo de R\$ 1 registrado no grupo de Equipamentos de Informática. Considerando o baixo valor e que o patrimônio está completamente depreciado em 31 de dezembro de 2024, a composição do ativo imobilizado está sendo apresentada de forma consolidada.

	Controladora e Consolidado		
	Marcas	Softwares	Total
Intangível			
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2023	26	11.829	11.855
Movimentações no exercício			
Aquisições	-	6.588	6.588
Amortização	-	(5.483)	(5.483)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2023	-	1.105	1.105
Custo	26	31.271	31.297
Amortização acumulada	-	(18.337)	(18.337)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	26	12.934	12.960
Movimentações no exercício			
Aquisições (*)	9	6.247	6.256
Alienações – Baixa Custo	-	(287)	(287)
Alienações – Baixa Depreciação	-	287	287
Amortização	-	(6.283)	(6.283)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2024	9	(35)	(26)
Custo	35	37.231	37.266
Amortização acumulada	-	(24.332)	(24.332)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	35	12.899	12.934
Taxas anuais médias de amortização	-	33%	

(*) A sociedade controlada apresenta um saldo de R\$ 6 registrado no grupo de marcas e patentes. Considerando o baixo valor, a composição do ativo intangível está sendo apresentada de forma consolidada.

9. Obrigações fiscais e previdenciárias a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda	-	-	16	6
Contribuição social	-	-	9	6
Encargos sociais	1.610	1.442	1.614	1.452
PIS/COFINS	1.326	1.464	1.328	1.465
ISSQN	693	772	697	773
Outros tributos	765	597	765	599
Total	4.394	4.275	4.429	4.301

10. Imposto de renda e contribuição social

10.1 Composição do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Provisão para perdas no recebimento de crédito	31.262	25.179
Provisão para despesas gerais e administrativas	8.704	8.824
Provisão para indenizações contratuais	13.663	12.217
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	5.039	6.085
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis	58.668	52.305
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social sobre provisões temporárias	19.947	17.784
Outras provisões indedutíveis apenas para a CSLL	228	1.938
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis para a CSLL	228	1.938
Alíquota da contribuição social	9%	9%
Contribuição social sobre provisões temporárias	20	174
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	19.967	17.958

10.2 Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Exercício de 2024	-	5.140
Exercício de 2025	2.992	3.293
Exercício de 2026	2.507	4.049
Exercício de 2027	5.816	3.361
Exercício de 2028	5.139	2.115
Exercício de 2029	3.513	-
Total	19.967	17.958

O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias será realizado de acordo com a efetivação da despesa provisionada, momento em que a despesa será considerada dedutível para o cálculo do imposto de renda e o ativo fiscal diferido será baixado contra o resultado do período, ou com a reversão das provisões constituídas e não realizadas, tais como as provisões para perdas de crédito esperadas e provisões para passivos contingentes.

10.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Controladora	
	2024	2023
Resultado antes da tributação	29.872	50.521
Alíquota fiscal	34%	34%
Despesas de tributos à alíquota nominal	(10.156)	(17.177)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:		
Despesas indedutíveis permanentes	(1.470)	(1.140)
Despesas indedutíveis de IR, dedutíveis de CSLL	(54)	(416)
Receitas não tributáveis	419	-
Resultado de participações societárias	178	88
Incentivo da Lei do Bem	1.608	1.289
Incentivos fiscais (PAT)	330	354
Patrocínios e doações	445	692
Imposto de renda calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24
Total do IR e CSLL no resultado	(6.676)	(16.286)
Corrente	(10.685)	(19.621)
Diferido	2.009	3.335